

Prova provada

FERNANDO PEDREIRA

"Não, não gosto muito de telefones e jamais falo por muito tempo, se puder evitar. Há pessoas que não desligam nunca! Lembro-me da história de um cidadão que atendeu ao telefone e ficou preso por horas e horas, pois sua interlocutora falava sem parar. Afinal, desesperado, ele lhe disse: 'Desculpe, mas tenho de desligar... porque o telefone está me chamando!'" (W. H. Auden, entrevista, outubro de 1972).

Como pode o telefone chamar, se estamos nele? E, entretanto, há ocasiões na vida em que exatamente isto acontece. Tentamos pateticamente livrar-nos de uma situação a cujo chamado, à cuja força somos incapazes de resistir. Veja-se, por exemplo, o que vem de ocorrer ainda agora, na Assembleia Constituinte de Brasília.

Adotamos, por consagrada maioria de votos, o presidencialismo. Por que? Porque estamos profundamente mergulhados nele. O presidencialismo, à maneira crioula, dá tantos poderes ao chefe do Executivo, e lhe permite usá-los tão despidoradamente, que não há assembleia que possa resistir-lhe à vontade, quando ele realmente quer alguma coisa.

Há 30 anos, Juscelino mudou a Capital exatamente assim: dobrando, comprando, aliciando votos e vontades; corrompendo, conquistando e convencendo, sempre com os dinheiros públicos. Não se trata de saber se a mudança, afinal, foi boa ou má. Mas quanto custou ao País (e quanto tem custado até hoje) o capricho juscéliniano em favores, vantagens e prodigalidades sem fim?

Em termos de inflação e de corrupção da vida pública (e do serviço público) Brasília representou um espetacular salto para frente, um salto que ia ser consolidado e ampliado pelo regime militar, ao menos a partir do governo Médici.

Desta vez, o que faltava era exatamente a vontade firme do chefe do Executivo, que parecia hesitante e titubante, apesar dos seus desajeitados rompantes na televisão. Nas últimas oito ou dez semanas, entretanto, a reconhecida tibieza do chefe foi compensada por um grupo de "amigos" civis e militares, que o cercaram firmemente e o fizeram avançar a muque, por pães e por pedras, mesmo nos momentos em que ele pretendia recuar, como no caso tão recente da sua entrevista aos jornalistas Evandro Carlos de Andrade e Carlos Chagas.

A conspiração palaciana que enquadrou o presidente e arrancou do Congresso a vitória terá tido no ministro Antônio Carlos Magalhães o seu ponto de lança mas não errará por muito quem imaginar que o grande zagueiro do apelo, o esteio principal e o avalista maior do time tenha sido o general Ernesto Geisel. O general costumava perguntar, com seu sotaque característico: "Tirar o Sarney para botar quem no lugar dele"? Pergunta difícil de responder, mesmo considerando que o ministro Aureliano é um dos mais fiéis escudeiros do general...

A mesma tibieza que enredava o presidente diante das pressões peemebistas facilitou a ação dos conspiradores no Palácio. Mas seria certamente um erro supor que os 344 votos da terça-feira tenham sido apenas o resultado da soma de duas marés de corrupção, uma ativa e outra passiva, nas duas margens da praça dos Três Poderes.

Não. O presidencialismo tem raízes fundas na tradição e na maneira de ser dos brasileiros, não só porque já é uma prática quase secular entre

nós, mas sobretudo porque se apóia em dois vícios cardeais da nossa política, os quais ele próprio realimenta vigorosamente: o patrimonialismo e o paternalismo.

O patrimonialismo é a tendência a considerar a coisa pública como patrimônio privado, isto é, a ver o País e o Estado como uma grande fazenda (ou uma grande empresa) de propriedade do chefe do governo para uso e gozo dele próprio e dos seus amigos e apatiguados. O paternalismo, por sua vez, pode ser visto como uma decorrência, digamos, político-emocional do patrimonialismo. Esses dois vícios conjugados tiveram talvez o seu auge sob o populismo getuliano, mas deles não escaparam nem os "austeros" generais do período militar nem, ainda menos, o atual presidente (apesar da sua aparente moderação e da sua já referida "modéstia").

Bem feitas as contas, se o regime presidencial parece calhar tão bem no Brasil e entre os brasileiros é porque ele se tornou um regime crioulo, na acepção própria da palavra. Isto é: embora inventado em fins do século 18 pelos puritanos da nova Inglaterra, ao longo dos séculos 19 e 20 ele se fez o regime de eleição das elites crioulas (nativas) que assumiram o governo da América Latina, depois que se foram os espanhóis e os portugueses.

Entre uma ditadura declarada e outra, o regime presidencial latino-americano é apenas o disfarce "civilizado" do caudilhismo, do mandonismo e do patrimonialismo característicos da cultura crioula. E se quiséssemos hoje a prova provada da sua desmedida capacidade de arbítrio e de corrupção bastaria ver o que ocorreu mais uma vez entre nós, nas últimas semanas, entre o Planalto, os governadores e a maioria dos senadores e deputados.

O patrimonialismo, por baixo do seu solene fardão presidencial, é um feio vício, incompatível com a gestão de um Estado moderno (como quer ser o Brasil), gerador de inflação e de todo esse vasto Brejal dos Guajás em que hoje patinhamos. Mas, como livrar-nos de um estado de coisas com o qual nossos políticos, nossos governantes, nossos empresários e nossos militares estão tão fundamentalmente comprometidos?

Eis aí uma situação que parece não ter saída à vista. Seria preciso que uma geração nova encontrasse meios de varrer todo esse lixo e ir instaurando no poder os seus próprios representantes — como de certa forma se pôde fazer agora, no Rio e em raros outros Estados. Mas, como conseguir isso no plano federal, decisivo, sem eleições freqüentes, repetidas e gerais? Como conseguir isso se o Congresso Nacional tem uma sólida maioria de representantes do pior patrimonialismo, do pior coronelismo clientelista, e que só age, em todas as questões cruciais, para proteger e ampliar os privilégios e interesses da política dominante?

Há quem acredite que, com o voto desta semana, as coisas vão mudar. Não vão. O presidente Sarney gastou os seus primeiros três anos "fritando" ministros do PMDB e se fazendo de vítima do cerco da turma do doutor Ulysses. Vai agora, nos dois anos que ganhou, "fritar" ministros do outro lado e fazer-se de vítima da tutela dos militares e do balano Antônio Carlos, dos quais vai dizer que não lhe deram ajudar o povo (e a esquerda) tanto quanto gostaria.

O mesmo joguinho medíocre vai continuar, embora às vezes com o sinal trocado. Para quê? Para nada.